

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS – FACE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TEORIA DA REGULAÇÃO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NOS
PERIÓDICOS DE CONTABILIDADE.

ORIENTANDO: ÍCARO FERREIRA DE SOUSA GABRIEL
ORIENTADOR: PROF. DR. ILÍRIO JOSÉ RECH

GOIÂNIA
2017

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof^a. Mr. Gisele de Araújo Prateado Gusmão
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Kleber Domingos Araújo
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

ÍCARO FERREIRA DE SOUSA GABRIEL

TEORIA DA REGULAÇÃO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NOS PERIÓDICOS DE
CONTABILIDADE.

Trabalho destinado à avaliação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás.

Orientador (a): Prof. Dr. Ilírio José Rech

GOIÂNIA
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ferreira de Sousa Gabriel, Ícaro

Teoria da Regulação: Um Estudo Bibliométrico nos Periódicos de Contabilidade [manuscrito] / Ícaro Ferreira de Sousa Gabriel. - 2017. xxix, 29 f.

Orientador: Prof. Dr. Ilírio José Rech.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2017.

Bibliografia.

Inclui gráfico, tabelas.

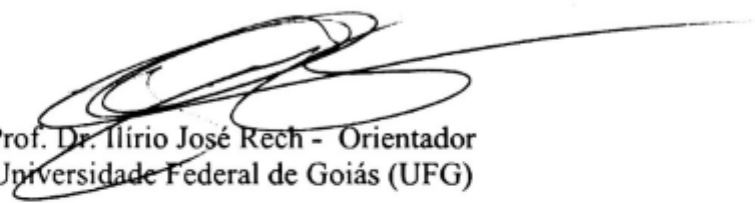
1. Teoria da Regulação. 2. Regulação Econômica. 3. Contabilidade. I. José Rech, Ilírio , orient. II. Título.

CDU 657

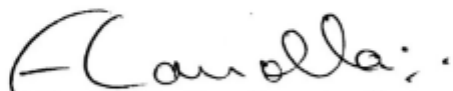
Ícaro Ferreira de Sousa Gabriel

Teoria da Regulação: Um Estudo Bibliométrico nos Periódicos de Contabilidade.


Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Ilírio José Rech - Orientador
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Ercílio Zanolla - Avaliador
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Michele Rilaný Rodrigues Machado - Avaliadora
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 06 de julho de 2017.

RESUMO

A Teoria Econômica da Regulação proporciona importantes contribuições para a análise do processo normatizador contábil. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento das características da produção científica em contabilidade que tenham como plataforma teórica a Teoria da Regulação. A pesquisa foi realizada com base nas publicações realizadas nos periódicos de contabilidade nacionais, entre os anos de 2000 e 2016, classificados pelo sistema QUALIS/CAPES. O estudo apresenta uma abordagem descritiva, caracterizando-se como uma pesquisa documental realizada por meio de um estudo bibliométrico. Foram identificados 41 artigos que versam sobre a Teoria da Regulação. Dentre os resultados encontrados, constatou-se que: (i) dentre os periódicos, 3 detêm 57,14% das publicações; (ii) a Teoria do Interesse Público é a mais abordada nas publicações; (iii) a frequência de publicação observada dos autores corrobora com o conceituado pela Lei de Lotka; (iv) 1 em cada 3 artigos tem origem na Universidade de São Paulo (USP); (v) as referências bibliográficas são em sua maior parte estrangeiras.

Palavras-chave: Teoria da Regulação. Regulação Econômica. Contabilidade.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução Temporal das Pesquisas.....	17
Gráfico 2: Frequência Observada e Frequência esperada de Autores com n Publicações...	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Publicações por Periódicos de Contabilidade.....	16
Tabela 2 – Publicações por QUALIS.....	17
Tabela 3 – Quantidade de Artigos por Número de Autores.....	19
Tabela 4 – Quantidade de Autores por Número de Participações.....	20
Tabela 5 – Comparação entre os Autores Observados e Estimados.....	22
Tabela 6 – Origem das Referências.....	23
Tabela 7 – Abordagens Identificadas.....	24
Tabela 8 – Total de Pesquisas por Quantidade de Teorias Abordadas.....	25

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	10
1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
1.2 - PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.3 - OBJETIVO.....	11
1.4 - JUSTIFICATIVA.....	11
2 - REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 - TEORIA DA REGULAÇÃO.....	12
2.1.1 - Conceitos Básicos	12
2.1.2 - Abordagens Teóricas.....	12
2.2 - A BIBLIOMETRIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	14
3 - METODOLOGIA	16
4 - ANÁLISE E RESULTADOS	17
4.1 - PERIÓDICOS DE CONTABILIDADE	17
4.2 - DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DAS PUBLICAÇÕES.....	19
4.3 - ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES.....	20
4.4 - ANÁLISE DA PRODUTIVIDADES DOS AUTORES.....	20
4.5 - ANÁLISE DO REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
4.6 - ABORDAGENS DA TEORIA DA REGULAÇÃO.....	23
5 - CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	27

1- INTRODUÇÃO

1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO

A regulação econômica consiste no processo da intervenção do Estado, de órgãos ou de agências reguladoras no comportamento da economia. Esse processo pode ser motivado por vários fatores, como falhas de mercado, necessidades do governo, interesse social ou empresarial, adequação a novas políticas econômicas, entre outros.

No que tange a Contabilidade, Cardoso et al (2009), entende que a regulação é uma espécie de intervenção da sociedade, representada por comitês por ela criados. Isso, para não deixar totalmente ao livre arbítrio de cada contador e de cada entidade a escolha das práticas subjacentes à elaboração das demonstrações contábeis, visto que essas atendem a diversos interessados. Segundo Santos (2010) em países com tradição legal associada ao direito romano, como é o caso do Brasil, o governo e os órgãos normatizadores, definem as regras contábeis a fim de facilitar a fiscalização e a verificabilidade das informações.

A Teoria Econômica da Regulação surge com importantes contribuições para a análise desse processo normatizador contábil. A teoria propõe a integração entre os processos políticos e econômicos buscando a estabilidade e eficiência da economia. Segundo Fiani (1998), a teoria fundamenta-se na caracterização do Estado como maximizador da utilidade.

Contudo, a teoria continua evoluindo e se desenvolvendo através de desdobramentos. Seja na área contábil, econômica ou jurídica os estudos que se dedicam a tratar a Teoria da Regulação vem expondo óticas divergentes quanto ao posicionamento da teoria. Segundo Cardoso et al (2009), diversas teorias surgiram para explicar a regulação e predizer quando e quais mercados provavelmente seriam regulados ou desregulamentados. Dentre essas diversas teorias, cinco merecem destaque, pois podem ajudar a compreender a regulação da contabilidade, são elas: Teoria do Interesse Público, Teoria da Captura, Teoria da Competição entre Grupos de Interesse, Teoria Tridimensional e a Abordagem de Habermas segundo Laughlin.

Essa evolução da Teoria da Regulação, segundo Beuren et al (2007), dá-se, principalmente, com a investida de pesquisadores, professores, alunos e profissionais na criação, implementação e aplicação da teoria através de produções científicas. Desta forma, objetiva-se com este trabalho realizar um levantamento das características da produção científica em contabilidade que tenham como plataforma teórica a Teoria da Regulação.

1.2- PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do exposto, o presente trabalho busca responder o seguinte problema: Quais as características da produção científica em Contabilidade que tenham como plataforma teórica a Teoria da Regulação?

1.3- OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo realizar um levantamento das características da produção científica em contabilidade que tenham como plataforma teórica a Teoria da Regulação.

1.4- JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica por suas contribuições a ciência, a prática e a academia:

- No que tange a ciência, espera-se que o presente trabalho possa subsidiar discussões respeito a Teoria da Regulação e suas abordagens. Além disso, a compilação dos estudos em um único trabalho facilita para os pesquisadores encontrar as publicações de interesse para futuras pesquisas.
- Quanto a prática, o processo de regulação contábil pode ocorrer de forma árdua e trabalhosa tanto para os órgãos reguladores quanto para os regulados. Para o organismo regulador a organização bibliométrica dos estudos sobre a teoria podem facilitar a busca por subsídios para o aperfeiçoamento do processo de regulação.
- Para a academia, como pesquisa bibliométrica, espera-se que este estudo possa fomentar novas discussões e pesquisas em âmbito acadêmico ao elencar as pesquisas que versam sobre um determinado tema.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são abordados as definições e principais vertentes da teoria abordada; os conceitos, características e a importância da técnica empregada na pesquisa; e algumas das pesquisas na área de contabilidade que se utilizaram da mesma técnica. Estando elencados, em tópicos, na seguinte ordem: i) Teoria da Regulação; e ii) A Bibliometria na Produção Científica.

2.1- TEORIA DA REGULACÃO

2.1.1- Conceitos Básicos

A economia está sujeita a intervenção do Estado e de órgãos normatizadores, sendo modelada através da formulação de normas, códigos e leis. Esse processo de intervenção é conhecido como regulação econômica. Para Buzanello (2010) a regulação econômica é uma intervenção estatal em setores estratégicos da atividade econômica ou de serviços públicos, que visa normatizar, controlar e fiscalizar tendo em vista o planejamento governamental para induzir comportamentos e restringir a liberdade dos agentes econômicos nos seus objetivos e instrumentos operacionais.

Para complementar a definição, segundo Fiani (1998), regulação econômica é definida como a ação do Estado que tem por finalidade a limitação dos graus de liberdade que os agentes econômicos possuem no seu processo de tomada de decisões.

Como forma de regulação econômica está a regulação contábil. Órgãos normatizadores e Estado regulam as práticas e instrumentos adotados pela contabilidade. Para Cardoso et al (2009), a regulação contábil é aquela emanada por uma instituição dotada de poder Normativo e pode ser formalizada pelos padrões contábeis e pela regulação social baseada na lógica contábil.

Nesse sentido a Teoria da Regulação surge como uma corrente do pensamento econômica que busca estudar os processos de regulação exercidos sobre a contabilidade. Neste processo são analisados os personagens, regulador e regulado, os fatores que influenciam o processo de regulação e as consequências da regulação sobre a economia.

2.1.2- Abordagens Teóricas

A definição de um único conceito para Teoria da Regulação nos dias atuais é uma matéria um tanto complexa. A teoria evoluiu por várias ramificações dando origem a múltiplas abordagens. Segundo Cardoso et al (2009) a evolução das teorias da regulação pode ser analisada em três estágios: (i) a teoria positiva ou normativa, também denominada Teoria do Interesse Público; (ii) a Teoria da Captura do regulador pelo regulado; e (iii) a Teoria Econômica da Regulação ou Teoria da Competição entre os Grupos de Interesse.

No primeiro estágio, a teoria conserva o conceito clássico da regulação tendo como objetivo a garantia do interesse público. Soares (2013) em seus estudos identifica que até a

década de setenta a explicação dominante sobre a origem e o propósito da regulação era, a Teoria do Interesse Público, segundo a qual regulação é instituída com o propósito de defender o interesse do público contra perdas de bem-estar associadas a falhas de mercado. Essa teoria aponta os entes estatais como responsáveis pela formulação e execução da regulação em prol do bem comum. Dessa forma, visando o bem estar social o Poder Legislativo, Executivo, órgãos reguladores e demais entes governamentais criariam e implementariam a regulação.

Já no segundo estágio, Cardoso (2009) afirma que a teoria se contrapõe ao conceito clássico baseada em evidências empíricas de que a regulação fora realizada em prol de entidades reguladas. Esse posicionamento assume que pode ocorrer uma distorção do interesse público em favor do interesse privado, motivada pela enorme pressão do poder econômico das empresas reguladas e de grupos de interesses onde o ente regulador é capturado pelo regulado.

Segundo Bregman (2006) este fenômeno foi denominado pelo economista norte-americano Mancur Olson, em 1965, de Teoria da Captura e afeta de forma evidente a imparcialidade das agências reguladoras. Segundo Hernández (2012), o fenômeno da captura das agências reguladoras consiste na situação pela qual a agência reguladora perde sua condição de autoridade comprometida com a realização do interesse coletivo e passa a servir de instrumento para viabilizar e legitimar a consecução de interesses privados dos segmentos regulados.

Os primeiros estágios, contudo, apresentavam uma grave deficiência. Se na primeira versão da teoria assumia-se que o ente regulador agia inteiramente em favor do interesse social, na segunda versão o ente passava a ser visto como órgão que apenas regulava o mercado em favor do interesse privado. O último estágio surge contrapondo-se a esses dois modelos extremos, assumindo que o ente normatizador, interessado em se perpetuar no poder, regula o mercado em prol do grupo econômico capaz de exercer maior pressão sobre ele.

Segundo Carmo et al (2012), a Teoria Econômica da Regulação, também conhecida como Teoria dos Grupos de Interesse, e é uma sofisticação da Teoria da Captura, assumindo que a regulação é resultado da competição entre grupos de interesses, e que a mesma será utilizada para aumentar o bem estar do grupo mais influente.

Cardoso et al (2009), afirma que além dos três estágios da evolução da Teoria da Regulação, também merecem destaque duas teorias que seguem uma vertente filosófica e sociológica, são elas: a Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale e a Abordagem desenvolvida por Habermas e interpretada por Laughlin.

A teoria de Reale, também conhecida como Teoria Tridimensional do Direito, aborda a regulação como uma estreita relação entre fato, valor e norma. Santana (2010) afirma que o

arcabouço teórico de Miguel Reale (formulador da Teoria Tridimensional) pressupõe que não dá para imaginar as leis, ou seja, a Norma, independente dos eventos sociais, dos hábitos, da cultura, das carências da sociedade – englobados no âmbito do Fato Social -, e a existência desses elementos é impossível sem que se leve em conta seus valores. Silva (2007) adaptou esta teoria para a Contabilidade concluindo que a emissão de normas contábeis pode ser dada pelas contínuas intenções de valor que, ao incidirem sobre um determinado evento econômico, definem os padrões a serem seguidos.

Para Cardoso (2009), a abordagem de Laughlin no que tange a teoria habermasiana, trata a regulação de forma semelhante à teoria desenvolvida por Reale. Pelo menos, quanto ao fato da regulação ser uma construção social permeada por valores e formalizada por instituições dotadas de poder normativo que interpretam os valores em consonância aos mecanismos norteadores (direções normativas).

2.2- A BIBLIOMETRIA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A bibliometria consiste no estudo a produção científica através da construções de indicadores. Segundo Araújo (2006), a bibliometria é a técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico, surgindo no início do século como sintoma da necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica. Foi originalmente conhecida como “bibliografia estatística”.

Para Foresti (1989), bibliometria é uma área extensa da Ciência da Informação que abrange todos os estudos que procuram quantificar os processos de comunicação escrita, aplicando métodos numéricos específicos. Dentre as possibilidades de aplicação do uso da bibliometria pode-se destacar:

- Identificar tendências e crescimento do conhecimento em uma determinada disciplina;
- Estudar dispersão e obsolescências dos campos científicos;
- Medir o impacto das publicações e dos serviços de disseminação da informação;
- Estimar a cobertura das revistas científicas;
- Identificar autores e instituições mais produtivos;
- Identificar as revistas do núcleo de cada disciplina;
- Adaptar políticas de aquisição e descarte de publicações etc.

Ferreira (2006) apresenta que a bibliometria pode ser uma importante ferramenta para a avaliação dos periódicos científicos, embora apresente as suas vantagens e desvantagens, por

toda via é uma ferramenta indispensável para a determinação do conhecimento e também a qualidade das informações.

Finalmente Silva (2014) cita como vantagem na utilização da bibliometria, a padronização de procedimentos focados na mensuração dos dados, facilitando a visualização de informações a respeito da produção científica difundida, podendo até auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas, que buscam investigar assuntos ainda não explorados.

Guedes e Borchiver (2007), apontam que as principais leis bibliométricas são: Lei de Bradford, (produtividade de periódicos), Lei de Lotka (produtividade científica de autores) e Leis de Zipf (frequência de palavras).

A Lei de Lotka, elaborada em 1926 por Alfred James Lotka, também conhecida como Lei do Quadrado Inverso estima que em determinada área do conhecimento, poucos autores são responsáveis por grande parte da produção científica e muitos autores são responsáveis por uma menor parte da produção. Machado et al (2014), afirma que Lotka ao estudar os autores presentes no Chemical Abstracts, entre 1909 e 1916, identificou que a produção de um número reduzido de autores se iguala em quantidade ao desempenho de muitos autores que possuam baixo volume de publicação; e que esta observação poderia ser expressa matematicamente como o número de autores que publica n artigos (n é igual à quantidade de artigos) é igual a $1/n^2$ dos autores que publicam somente um artigo.

A lei de Zipf, é conhecida como Lei do Mínimo Esforço, e busca mensurar a frequência de ocorrência de palavras. Vanti (2002), afirma que a Lei do Mínimo esforço consiste em medir a frequência do aparecimento das palavras em vários textos, gerando uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto possibilitando desta forma a indexação temática.

A Lei de Bradford, por sua vez, também conhecida como Lei de Dispersão, avalia a produtividade dos periódicos e dos centros de produção científica, avaliando o grau de impacto desses produtores. Araújo (2006) ao conceituar a lei de Bradford afirma que os periódicos com maior publicação em determinada área do conhecimento tendem a estabelecer um núcleo de maior qualidade e relevância quanto ao tema abordado.

Diante desse contexto, a seguir são apresentadas algumas pesquisas bibliométricas desenvolvidas no âmbito da contabilidade.

Rocha et al (2012), analisaram a produção científica sobre Teoria da Agência e Assimetria da Informação. Como resultado, constataram que o tema está sendo mais pesquisado em âmbito internacional. E os periódicos que tiveram destaque foram a Revista de Administração Contemporânea (RAC) e a Revista de Administração da USP.

Freitas et al (2012) através de pesquisa bibliométrica nas revistas das instituições que possuem programas de Pós-Graduação em nível de Doutorado em Ciências Contábeis observaram, através de uma análise do tipo Survey, que existem poucas publicações sobre o tema de contabilidade ambiental. Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Regional de Blumenau (FURB) concentram a maior parte das pesquisas analisadas.

Roza, Machado e Quintana (2011), após análise das publicações no Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG) e na Revista de Administração Pública (RAP) no período 2004-2009, identificaram que os estudos da área contábil em sua maioria tratam da contabilidade privada. Observaram também que a maioria das pesquisas foi elaborada por dois estudiosos, onde grande parte tem origem na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília.

Barbosa e Colauto (2010), realizaram uma pesquisa bibliométrica da produção científica de contabilidade que aborde a Teoria Institucional. Seus resultados demonstraram que os estudos sobre o tema são insipientes. As publicações se concentram nas regiões sul e sudeste, com destaque para a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Regional de Blumenau (FURB). E as referências bibliográficas são predominantemente estrangeiras.

3- METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como descritiva quanto a seu objetivo por realizar um levantamento das características das produções científicas de contabilidade que abordem a Teoria da Regulação como plataforma teórica. Barbosa e Colauto (2010) afirmam que as pesquisas descritivas tem o objetivo de apresentar as características de determinada população, ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa classifica-se como documental realizada por meio de um estudo bibliométrico. De acordo com Gil (2008), este tipo de estudo é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Em relação ao levantamento da amostra, foram realizadas buscas nos portais dos periódicos de contabilidade nacionais classificados pelo Sistema QUALIS/CAPES triênio 2013 a 2016, delimitando as buscas através das palavras chaves “Teoria da Regulação”, “regulação

econômica” e “regulamentação” com o intuito de filtrar quais produções se utilizaram da Teoria da Regulação como plataforma teórica. A faixa temporal pesquisada se estendeu entre os anos de 2000 e 2016. A aplicação das palavras chaves nos filtros resultou em 339 pesquisas. Após, executou-se a leitura dos títulos, resumos e introduções de cada artigo exibido nos filtros para a confirmação do emprego da Teoria da Regulação com plataforma teórica, resultando em 41 pesquisas. Os periódicos e estratos que não apresentaram nenhuma publicação foram excluídos da análise.

Os periódicos com qualificação QUALIS/CAPES foram selecionados por possuírem elevada importância e representatividade no contexto brasileiro no que diz respeito a veiculação de produções científicas em contabilidade. Atualmente, conforme informações extraídas dos portal CAPES e da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) existem 36 periódicos de contabilidade editados no Brasil qualificados entre os Qualis C e A2.

Estabelecida a amostra foram tabulados os seguintes dados: título, autores (nomes e quantidade), ano de publicação, periódico, estrato do periódico, origem (instituição e estado), teorias abordadas e referências.

Para verificar a produtividade dos autores foi aplicada a Lei de Lotka, conforme metodologia desenvolvida por Rubén Urbizagástegui Alvarado (2006). Segundo a metodologia, a produtividade estimada pela Lei de Lotka pode ser expressa como $Y_x=C(1/x^n)$, onde “ Y_x ” é a frequência de autores publicando número “ x ” de artigos, “ C ” é a frequência de autores com apenas uma publicação e “ n ” é uma constante estabelecida através dos dados observados. Para verificar a aderência da frequência observada à Lei de Lotka foi empregado o teste Kolmogorov-Smirnov (K-S) a um nível de significância de 0,01.

Todos os dados da Pesquisa foram tabulados, calculados e analisados utilizando a ferramenta eletrônica Microsoft Excel.

4- ANÁLISE E RESULTADOS

4.1- PERIÓDICOS DE CONTABILIDADE

Inicialmente, apresenta-se na Tabela 1 a quantidade de artigos produzidos por periódico. Observa-se que entre os 36 periódicos de contabilidade com qualificação Qualis foram encontrados 15 com pesquisas que versam sobre a Teoria da regulação. A maior parte das pesquisas foram publicadas pela Revista Contabilidade & Finanças (28,57%), Revista Universo Contábil (14,29%) e Contabilidade de Organizações (14,29%).

Tabela 1 – Publicações por Periódicos de Contabilidade

PERIÓDICOS	Qualis	Qtd. Artigos	Percentual	Acumulado
REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS	A2	12	28,57%	28,57%
REVISTA CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES	B1	6	14,29%	42,86%
REVISTA UNIVERSO CONTÁBIL	A2	6	14,29%	57,14%
CONTABILIDADE GESTÃO E GOVERNANÇA	B1	3	7,14%	64,29%
ASAA	B1	2	4,76%	69,05%
ENFOQUE: REFLEXÃO CONTÁBIL	B1	2	4,76%	73,81%
REVISTA CONTABILIDADE E CONTROLADORIA	B3	2	4,76%	78,57%
CONTABILIDADE VISTA E REVISTA	A2	2	4,76%	83,33%
BBR - BRAZILIAN BUSINESS REVIEW	B1	1	2,38%	85,71%
REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO DE NEGÓCIOS	A2	1	2,38%	88,10%
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CONTABILIDADE	B2	1	2,38%	90,48%
BASE	B1	1	2,38%	92,86%
SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO	B1	1	2,38%	95,24%
REVISTA REGISTRO CONTÁBIL	B3	1	2,38%	97,62%
REVISTA CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL	B3	1	2,38%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que os três periódicos mais produtivos somam mais da metade das publicações (57,14%). Os demais periódicos por sua vez apresentam um valor máximo de 3 e uma média de 1,5 publicações, somando menos da metade dos artigos analisados (42,86%).

Quanto à classificação dos periódicos, observa-se na Tabela 2 a predominância das pesquisas nos periódicos com mais alta classificação Qualis (A2 e B1). Os periódicos com classificação A2 concentram 27% das pesquisas. Nos periódicos com classificação B1 foram encontradas 47% das pesquisas. Esse resultado demonstra a representatividade da teoria em relação às revistas mais bem conceituadas.

Tabela 2 – Publicações por QUALIS

Qualis- Periódicos	Percentual
A2	27%
B1	47%
B2	7%
B3	20%
Total	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

4.2- DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DAS PUBLICAÇÕES

O Gráfico 1 mostra a evolução de publicações sobre Teoria da Regulação nos periódicos analisados. A ascendência da linha entre os anos de 2009 e 2010 demonstra um aumento considerável no número de publicações. Um dos fatores que pode explicar essa crescente é o intenso processo de regulação contábil ocorrido no ano de 2009 com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Infere-se que este processo motivou pesquisas e análises sobre o processo de regulamentação ocorrido há época. Segundo Teodoro et al (2010), a adaptação as normas do International Accounting StandardsBoard (IASB), tem instigado produções científicas acerca do processo de convergência propriamente dito e em relação a assuntos que sugerem preocupação com o tema.

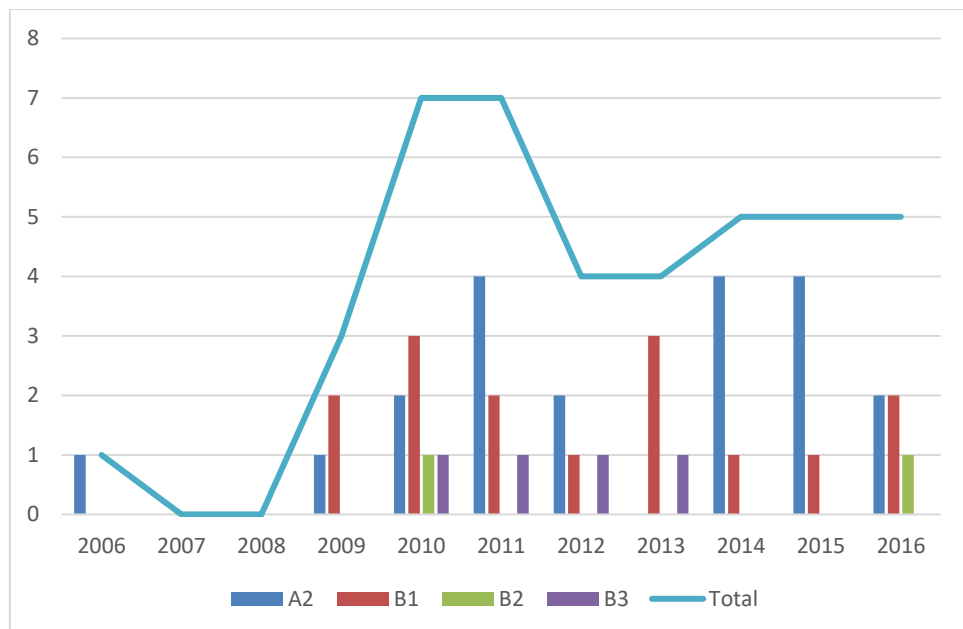


Gráfico 1 – Evolução Temporal das Pesquisas

Fonte: Dados da Pesquisa

Entre 2013 e 2015, podemos perceber que as pesquisas sobre o tema se intensificaram novamente. Uma justificativa possível para o ocorrido pode estar na recessão econômica sofrida pelo país nesse período. Para Hodge e Windholz (2013), a regulação econômica é central para crescimento econômico assim como uma parte importante do progresso social. Desta forma, sugere-se que o interesse na relação “Estado e Economia” em meio a recessão do mercado instigou novas pesquisas tendo como plataforma teórica as Teorias da Regulação.

4.3- ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES

No que tange ao vínculo institucional dos autores, informado no momento da publicação do trabalho, a Universidade de São Paulo (USP) se destaca na produção do tema com participação em 38% das pesquisas encontradas, ou seja, a cada 3 pesquisas publicadas nos periódicos de contabilidade 1 pertence a USP. Essa representatividade da USP coincide com os levantamentos bibliométricos realizados por Rocha et al (2012); Freitas et al (2012); Roza, Machado e Quintana (2011); e Barbosa e Colauto (2010) demonstrando que a Universidade representa um importante polo no cenário de pesquisas em contabilidade.

A Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Regional de Blumenau dividem a segunda posição em quantidade de publicações, com 7% cada. As instituições que apresentaram apenas uma pesquisa publicada totalizaram 57% do total de universidades observadas.

Dentre as instituições observadas, constatou-se o predomínio de universidades públicas, 75%. Esse resultado demonstra que as universidades públicas constituem o principal suporte institucional para a pesquisa sobre a Teoria da Regulação.

Quanto a origem regional, definida através das Universidades, São Paulo se destaca com a maior produção (38%) sobre o tema Teoria da Regulação, seguido Santa Catarina (14%) e Rio de Janeiro (12%). Observou-se uma discrepância de publicações entre a Região Norte e Sul. A região sul concentra 27 das 41 pesquisas analisadas (60%). A região norte, por sua vez, é representada por apenas uma pesquisa produzida no estado do Rio Grande do Norte. Além disso, chama-se atenção para uma pesquisa de origem internacional publicada na Revista Contabilidade & Finanças e produzida na Universidade do Porto, Portugal.

Cabe ressaltar que a definição da origem foi realizada através das instituições informadas por cada autor na publicação do artigo. Ressalva-se neste caso a possibilidade do autor produzir por uma instituição como aluno e informar na publicação seu endereço profissional ou de origem.

4.4- ANÁLISE DA PRODUTIVIDADES DOS AUTORES

Nas pesquisas analisadas, observou-se uma quantidade média de 2,33% autores por artigo e máximo de 5 autores. A relação de autoria e coautoria demonstrada na tabela abaixo, nos mostra que cerca de 95% dos trabalhos apresentam coautoria, situação na qual dois ou mais membros participam da produção do trabalho. Na amostra estudada há o predomínio da coautoria entre 2 a 4 autores.

Tabela 3 – Quantidade de Artigos por Número de Autores

Nº de Autores	Qtd. Pesquisas	Percentual	% Acumulado
1	2	5%	5%
2	12	29%	34%
3	14	34%	68%
4	11	27%	95%
5	2	5%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 4 apresenta a contagem da participação dos autores realizada de forma completa, ou seja, não diferenciando autores principais de coautores. Podemos observar que das 41 pesquisas analisadas, foram observados 98 autores. Desses autores, 86,73% publicaram apenas uma vez. E não houve autores com 4 publicações. A grande quantidade de autores com apenas uma publicação corrobora com o conceito da Lei de Lotka.

Tabela 4 – Quantidade de Autores por Número de Participações

Número de Participações	Qtd.de Autores	Frequência Relativa	Total de Participações
1	85	86,73%	85
2	8	8,16%	16
3	2	2,04%	6
4	0	0,00%	0
5	1	1,02%	5
6	2	2,04%	12
Total	98	100,00%	124

Fonte: Dados da Pesquisa

Os autores mais prolíferos foram respectivamente Alex Mussoi Ribeiro e Luiz Nelson Guedes de Carvalho com participação em seis publicações. Em seguida está Carlos Henrique Silva do Carmo com participação em cinco publicações. Jorge Katsumi Niyama e José Alves Dantas seguem com participação em três publicações. Outros oito autores participaram de duas publicações. Os oitenta e cinco autores restantes participaram de apenas uma publicação.

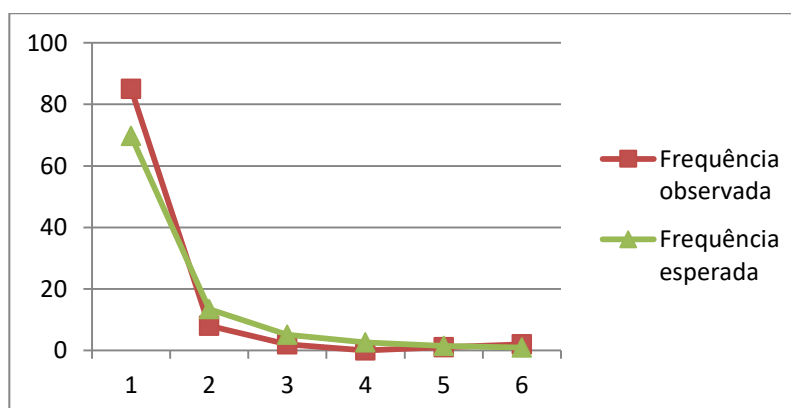
A Tabela 5 compara a frequência observada de autores com a frequência estimada pelo padrão de Lotka. Podemos perceber que houve divergência entre a frequência observada e a frequência esperada nos 6 níveis de publicação. A maior divergência está na frequência observada da distribuição dos autores que participaram da produção de apenas um artigo. A estimativa foi de 15,31 autores a menos do que os 85 observados. Também foi verificada divergência na estimação total de autores, 4,77 observados a mais do que a quantidade estimada.

Tabela 5: Comparação entre os Autores Observados e Estimados

Contribuições por Autor	Frequência Observada de Autores	Frequência Esperada de Autores – Padrão de Lotka	Divergência	Divergência Percentual
1	85	69,69	15,31	(-) 18,01%
2	8	13,38	-5,38	(+) 67,27%
3	2	5,10	-3,10	(+)154,82%
4	0	2,57	-2,57	(+)100,00%
5	1	1,51	-0,51	(+) 51,04%
6	2	0,98	1,02	(-) 51,07%
Total	98	93,23	4,77	(-) 4,87%

Fonte: Dados da Pesquisa

No Gráfico 2, podemos perceber a aproximação entre os valores observados e esperados. Com exceção da frequência de autores com apenas uma publicação, é possível perceber que a frequência calculado através da Lei de Lotka se aproxima dos valores observados.

**Gráfico 2: Frequência Observada e Frequência esperada de Autores com n Publicações.**

Fonte: Dados da Pesquisa

Para verificar a validade do modelo de Lotka, foi aplicado o teste Kolmogorov-Smirnov. Alvarado (2006) afirma que o teste de ajuste Kolmogorov-Smirnov (K-S) é um simples método não-paramétrico de testar se existem diferenças significativas entre as frequências observadas e as frequências teóricas ou calculadas de uma distribuição. É mais uma outra medida da bondade do ajuste de uma distribuição de frequências similar ao χ^2 (qui-quadrado). Este teste, por sua vez, é mais poderoso que o χ^2 (qui-quadrado), mais fácil de usar, e não precisa que os dados estejam agrupados em frequências inferiores a 5 como exige o teste χ^2 (qui-quadrado).

O valor crítico resultante do teste K-S foi de 0,2546 a um nível de significância de 0,01, sendo $n = -2,3808$ e $C = 0,7112$. O desvio máximo encontrado foi de 0,1562. Desta forma, sendo o valor crítico maior do que o desvio máximo, conclui-se que a um nível de significância de 0,01, esta distribuição se ajusta a Lei de Lotka.

4.5- ANÁLISE DO REFERENCIAL TEÓRICO

Os 41 artigos analisados no presente trabalho, somara 1.553 referências. O que nos leva a uma média de 38 referências por artigo. As referências estão distribuídas entre Periódicos, Teses e Dissertações, Normas e Legislações, Livros, Revistas e Jornais, Sites, entre outros.

Quanto a fonte das pesquisas analisadas, observa-se na Tabela 6 que a fonte de referências mais comum são os Periódicos de Contabilidade (54%), seguido de Teses e Dissertações (20%) e Normas e Legislação (9%). Infere-se o destaque deste último devido ao tema das pesquisas, tendo em vista que a regulação do mercado ocorre através de Normas e Legislações, muitas pesquisas sobre o tema optam por agregar em suas análises estes instrumentos regulatórios.

Tabela 6 – Origem das Referências

Fonte	Percentual
Periódicos de Contabilidade	54%
Teses e Dissertações	20%
Normas e Legislação	9%
Livros	8%
Revistas e Jornais	6%
Outros	2%
Sites	1%
Total	100%
Nacionais	42%
Internacionais	58%

Fonte: Dados da Pesquisa

Nos estudos das referências dos artigos analisados, buscou-se também identificar suas origens. Conforme observa-se na Tabela 6, a maior parte das referências utilizadas são internacionais 58%, contra 42% nacionais.

4.6- ABORDAGENS DA TEORIA DA REGULACÃO

Entre os 41 artigos analisados foram identificadas 65 abordagens divididas entre: Teoria do Interesse Público, Teoria da Competição entre Grupos de Interesse, Teoria da Captura e

Teoria Tridimensional. Quanto a “Abordagem de Habermas segundo Lauglin”, não foram identificadas pesquisas que apresentassem esse posicionamento quanto a Teoria da Regulação.

Tabela 7 – Abordagens Identificadas

Teorias	Qtd. Total	Percentual	Qtd. Teoria Principal	Percentual
Teoria do Interesse Público	37	56,92%	31	73,81%
Teoria da Competição entre Grupos de Interesse	14	21,54%	7	16,67%
Teoria da Captura	12	18,46%	3	7,14%
Teoria Tridimensional	2	3,08%	1	2,38%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 7 que a abordagem mais utilizada é a do Interesse Público, 56,92% do total das abordagens identificadas, seguida da Teoria da Competição entre Grupos de Interesse (21,54%), Teoria da Captura (18,46%) e Teoria Tridimensional (3,08%). Diante deste resultado, podemos considerar que as pesquisas que abordam a Teoria Normativa possuem mais chances de serem publicadas nos periódicos analisados.

A Tabela 7, também demonstra a teoria principal abordada em cada artigo. Podemos perceber que, como abordagem principal, a Teoria do Interesse Público é ainda mais representativa, 74% do total, corroborando com a afirmação feita anteriormente onde a abordagem convencional da Teoria da Regulação é a mais utilizada.

Entre os artigos analisados podemos observar na Tabela 8 que a maior parte (27) abordou apenas uma teoria; seis artigos apresentaram duas teorias; sete apresentaram três teorias; e uma pesquisa apresentou as quatro teorias identificadas. Em todas as pesquisas onde mais de uma abordagem fora utilizada, constatou-se a presença da Teoria da Competição entre Grupos de Interesse.

Tabela 8: Total de Pesquisas por Quantidade de Teorias Abordadas

Quantidade de Abordagens	Quantidade de Pesquisas
1	27
2	6
3	7
4	1
Total	41

Fonte: Dados da Pesquisa

Entre as 27 pesquisas que apresentaram apenas uma abordagem, 23 seguiram a Teoria do Interesse Público. Esse resultado demonstra mais uma vez a representatividade da abordagem diante das demais.

A evolução das abordagens no período analisado demonstrou que as Teorias do Interesse Público e Captura foram mais abordadas entre os anos de 2010 e 2011. Entre 2013 e 2015, estas duas teorias juntamente com a Teoria da Competição entre Grupos de Interesse voltaram a crescer. A teoria Tridimensional de Reale foi abordada apenas nos anos de 2010 e 2011. Esses resultados demonstram que as Teorias da Captura e Competição entre Grupos de Interesse vem se desenvolvendo.

5- CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento das características da produção científica em contabilidade que tenham como plataforma teórica a Teoria da Regulação. Para tanto, foram identificadas as pesquisas que versam sobre a Teoria da Regulação publicadas nos principais periódicos de contabilidade editados no Brasil. Dessa forma foram identificados 41 trabalhos publicados em 15 periódicos com qualificação Qualis entre os anos de 2000 e 2016.

Após a análise dos resultados verificou-se a polarização das pesquisas em 3 periódicos: Revista Contabilidade & Finanças (28,57%), Revista Universo Contábil (14,29%) e Contabilidade de Organizações (14,29%). Além disso, 74% das pesquisas foram publicadas em periódicos com Qualis B1 e A2, demonstrando a representatividade do tema entre as revistas mais bem conceituadas.

Observou-se um aumento no número de publicações entre os anos de 2010 e 2011. O intenso processo de regulação contábil iniciado em 2009 com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) pode ter fomentado o aumento de pesquisas no período. Quanto a evolução de publicações por estrato, A2 e B1 foram mais recorrentes, demonstrando que os periódicos pertencentes a tais classificações estão mais receptivos a pesquisas que versam sobre a Teoria da Regulação.

Ao analisar a frequência de participação dos autores na produção dos artigos à luz da Lei de Lotka, verificou-se que a frequência observada na amostra apresenta pequena divergência da frequência estimada através da Lei de Lotka. A grande quantidade de autores com apenas uma publicação corrobora com o conceituado por Lotka, onde poucos autores são

responsáveis por grande parte da produção científica e muitos autores são responsáveis por uma menor parte da produção.

Foi observado que cinco autores são responsáveis por um volume significativo das publicações. Esse resultado gera expectativa em relação a esses autores, tendo em vista que quanto mais se publica mais reconhecimento e recursos para melhorar suas pesquisas são atribuídos a esses pesquisadores. Desta forma, os autores mais prolíferos tendem a se consolidar como referências em relação ao tema.

A análise das referências bibliográficas utilizadas pelos autores, demonstrou que a maior parte advém de pesquisas publicadas em periódicos de contabilidade; seguido de teses e dissertações; e normas e legislações. Além disso, observou-se que a maior parte das referências utilizadas são de origem internacional.

A avaliação da origem das publicações demonstra que a Universidade de São Paulo (USP) é a mais prolífera em publicações que abordam a teoria. Outros estudos bibliométricos já demonstraram que a Universidade lidera em termos de pesquisa nas mais diversas áreas da contabilidade. Esses resultados consolida a USP como um importante polo de produção científica para a contabilidade.

Em relação as abordagens da Teoria da Regulação, a Teoria Normativa ou Teoria do Interesse Público é a mais utilizada como plataforma teórica, representando 56,92% das abordagens identificadas. Esse resultado demonstra que a teoria é a mais receptiva pelos periódicos de contabilidade. No entanto, cabe discutir se a predominância de publicação da Teoria do Interesse Público se dá pela falta de interesse dos periódicos nas demais abordagens, e por isso elas não são publicadas com o mesmo volume que a Teoria do Interesse Público, ou pela falta de interesse dos pesquisadores em abordar as demais teorias e dessa forma pouco é produzido sobre elas.

A quantidade de pesquisas em contabilidade que tenham com plataforma teórica a Teoria da Regulação apresentaram uma evolução nos últimos anos. A teoria vem se desenvolvendo por abordagens diferentes como afirmado por Cardoso et al (2009), contudo, conforme os resultados da pesquisa, conclui-se que na maior parte dos estudos a teoria é explorada por sua abordagem normativa, ou seja, por seu conceito original. Para novos estudos, sugere-se expandir a amostra para os principais congressos brasileiros de contabilidade e periódicos internacionais. Sugere-se ainda, a expansão ou replicação da pesquisa nas áreas da Administração, Direito e Economia.

REFERÊNCIAS

Alvarado, R. U. (2006). A produtividade dos autores na literatura de enfermagem: um modelo de aplicação da Lei de Lotka. *Inf. & Soc.: Est., João Pessoa*, v.16, n.1, p.63-78, jan./jun., 2006.

Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

Barbosa Neto, J. E.; Colauto, R. D. (2010) Teoria Institucional: estudo bibliométrico em anais de congressos e periódicos científicos. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 63-74, 2010.

Bregman, D. (2006). Algumas questões sobre a captura regulatória. Disponível em:<http://www.nuca.ie.ufrj.br>. Acesso em 03 de março de 2017.

Buzanello, J. C. (2010). Regulação no Brasil: algumas observações. Anais do XIX Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis , SC, Brasil. Disponível em: www.conpedi.org.br. Acesso em 10 de Abril de 2016.

Cardoso, R. L., Saraiva, E., Tenório, F. G., & Silva, M. A. (2009). Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. *Revista de Administração Pública*, 43(4), 773-799.

Carmo, C. H. S. do, Ribeiro, A. M., Carvalho, L. N. G. de, & Sasso, R. D. C. (2012). Regulação Contábil Internacional, Interesse Público Ou Grupos De Interesse? Um Teste Empírico (No. XXXVI) (pp. 1–16). Rio de Janeiro.

Ferreira, A. (2006). Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. *DataGramaZeroRevista de Ciência da Informação*, v.11, n.3, jun/10.

Fiani, R. (1998). Teoria da Regulação Econômica: Estado Atual e Perspectivas Futuras. UFRJ.

Foresti, N. (1989). Estudo da contribuição das revistas brasileiras de Biblioteconomia e Ciência da Informação enquanto fonte de referência para a pesquisa. 1989, 209 f. : il. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Biblioteconomia, Faculdade de Estudos Sociais e

Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1989.

Freitas, D. P. S. et al. CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO EM REVISTAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 72-88, jun. 2012. ISSN 2176-9036. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1909>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

Gil, A. C. (2008). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Guedes, V. L. S. Borschiver, S. (2007) Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. [Rio de Janeiro]:[s.n.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.feg.unesp.br>. Acesso em 21 de maio de 2016.

Windholz, E. Hodge, G. A. (2013). Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em 21 Junho de 2017.

Machado Júnior, C.; Souza, M. T. S. de; Palmisano, A.; Campanário, M. A.; Parisotto, I. R. dos S. (2014). Análise de viabilidade de utilizar as leis da bibliometria em diferentes bases de pesquisa. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVIII EnANPAD. Anais Eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPAD. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em 25 de maio de 2016.

Rocha, I. et al. ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TEORIA DA AGÊNCIA E ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO. REGE Revista de Gestão, São Paulo, v. 19, n. 2, jan. 2013. ISSN 2177-8736. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/49903>>. Acesso em: 22 June 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5700/issn.2177-8736.rege.2012.49903>.

Roza, M. C.; Machado, D. G.; Quintana, A. C. Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade pública no Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG) e

na Revista de Administração Pública (RAP), no período 2004-2009. Revista ConTexto, Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 59-72, 2011.

Sampaio, P. R. P. (2012). Regulação e concorrência nos setores de infraestrutura: análise do caso brasileiro à luz da jurisprudência do CADE. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.2.2012.tde-27082013-143232. Acesso em 21 de junho de 2017.

Santana, A. L. (2008). Teoria Tridimensional do Direito. Disponível em: www.infoescola.com/filosofia. Acesso em 10 abril 2016.

Santos, C. J. (2010). Um estudo sobre a harmonização contábil brasileira às normas internacionais de contabilidade: OS BASTIDORES DA HISTÓRIA. Disponível em: <http://www.sindcontsp.org.br>. Acesso em 04 de abril de 2010.

Silva, B. M. (2014). Análise bibliométrica dos trabalhos apresentados no curso de ciências contábeis da UFG tendo em vista os congressos USP e ANPCONT. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br>. Acesso em 21 de maio de 2016.

Silva, M. A. (2007). Análise da regulação contábil: um ensaio à luz da teoria tridimensional do direito, da teoria normativa da contabilidade e do gerenciamento da informação contábil, numa perspectiva interdisciplinar. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.

Vanti, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. Revista Ciência da Informação, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.